

Itaú
cultural

BSERVATÓRIO Itaú Cultural

NÚMERO

15

Cultura e Formação

Reflexões sobre espaços culturais e seu papel na contemporaneidade
Possibilidades de mediação e educação
Estratégias de Gestão Cultural, diálogos de transformação





Arte: Renan Magalhães

Centro de Memória Documentação e Referência Itaú Cultural

Revista Observatório Itaú Cultural : OIC. - N. 15 (dez. 2013/maio 2014). –
São Paulo : Itaú Cultural, 2013.

Semestral
ISSN 1981-125X

1. Política cultural. 2. Gestão cultural. 3. Cultura e formação. 4. Mediação

SUMÁRIO

- .06 AOS LEITORES
Paloma Automare
- .08 MEDIAÇÃO, FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO:
DUAS APROXIMAÇÕES E ALGUMAS PROPOSIÇÕES
José Marcio Barros
- .15 PENSAMENTOS E AÇÕES – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CULTURA E
FORMAÇÃO ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES: QUESTÕES DE DISCUSSÃO
Cibele Risek
- .21 ERA UMA VEZ O PROGRAMA CULTURA VIVA
Celio Turino
- .27 MUSEU E EDUCAÇÃO: FIGURAS DE TRANSIÇÃO.
REFLEXÕES A PARTIR DO REINA SOFÍA
Jesus Carillo
- .35 A GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA LOCAL: O CASO DO INSTITUTO DE
CULTURA DO MUNICÍPIO DE QUERÉTARO (MÉXICO)
José MacGregor
- .41 REFLEXÕES SOBRE CULTURA E FORMAÇÃO: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES
CRIANDO ESPAÇO CULTURAL
Fernando Garcia
- .53 O CENTRO COMO UMA EXPERIÊNCIA DE MEDIAÇÃO
Francisca Caporali
- .59 O MUSEU, ALGO MAIS DO QUE ABRIGAR O PATRIMÔNIO, O CASO DE MUSEU
E TERRITÓRIOS NO MUSEU DE ANTIOQUIA
Carlos Rendon
- .69 CULTURA, PÚBLICOS E FORMAÇÃO:
O QUE PODEM SER, NA PRÁTICA?
Maria Carolina
- .77 ARTE, CULTURA E FORMAÇÃO
Ilana Godlstein
- .87 PENSAMENTOS E AÇÕES, SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DE CULTURA E FORMAÇÃO

Revista Observatório Itaú Cultural N. 15 Expediente

Coordenação editorial e edição

Paloma Automare
Sonia Sobral

Edição de Imagens

Laerte Matias
Marcel Fracassi
Rafael D. Figueiredo

Revisão

Kiel Pimenta

Equipe Itaú Cultural

Presidente

Milú Villela

Diretor

Eduardo Saron

Superintendente administrativo

Sergio Miyazaki

Núcleo de Inovação/Observatório

Gerência

Marcos Cuzziol

Coordenação do Observatório

Luciana Modé

Produção

Celso Justo
Ediana Borges Lima
Marcel Fracassi
Rafael D. Figueiredo



PENSAMENTOS E AÇÕES **SEMINÁRIO** ***Internacional*** **DE CULTURA E FORMAÇÃO**



Núcleo de Comunicação e Relacionamento **Gerência**

Ana de Fátima Sousa

Produção editorial

Raphaella B. Rodrigues

Direção de arte

Jader Rosa

Projeto gráfico

LuOrvat Design (terceirizada)



Foto: Birgit Schrader/ istockphoto

PENSAMENTOS E AÇÕES – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CULTURA E FORMAÇÃO ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES: QUESTÕES DE DISCUSSÃO

Cibele Saliba Rizek

No quadro de severas transformações que marcam nosso tempo, talvez seja preciso pensar a passagem dos elementos que caracterizavam as relações entre arte, cultura e sociedade no quadro de uma modernidade constituída e em constituição para os elementos que permitem caracterizar essas mesmas relações no momento contemporâneo. Se era possível pensar a cultura como regra e a arte como exceção, como momento de criação excepcional, talvez seja o caso, nas condições contemporâneas, de historicizar ainda mais essas relações, tensionando suas transformações no tempo. Talvez

esse processo de historicização seja uma das condições mais importantes para que se possa perceber quais são as especificidades contemporâneas da produção da cultura.

Uma dessas especificidades é a escala temporal da criação e da divulgação da arte e da cultura. Pode-se, dessa perspectiva, pensar em uma multiplicidade de escalas temporais ou mesmo espaços temporais que se articulam e se superpõem: há um tempo local da produção da arte e da cultura, sobretudo quando referidas às ancoragens da produção estética nas várias camadas de uma cultura popular, por exemplo – um tempo que articula esse nível local com as políticas de incentivo e financiamento, os tempos de cada evento circunscrito, isto é, o tempo dos acontecimentos artísticos e o tempo de suas assimilações, transformações, subjetivações. Há ainda o tempo mais ou menos acelerado dos registros, das formas de documentação e divulgação, tempos digitais cuja velocidade provoca uma sensação de aceleração e de evanescência, tempos velozes que permitem pensar na desmaterialização da experiência, numa crescente impossibilidade de experimentar o mundo.

Nesses tempos e espaços superpostos, no cruzamento dessas escalas, podemos conhecer novos hibridismos – arte e vida, regra e exceção, educação e formação, estratégias e possibilidades, arte e política, materialidades e virtualidades, tangências e tensões. É preciso alertar, porém, que esses hibridismos não são misturas insossas e apaziguáveis. Ao contrário, são eixos de conflito, são campos de força. Dessa perspectiva, para uma compreensão adequada das dimensões contemporâneas dessas ligações e mediações que emaranham arte, cultura e sociedade, talvez seja necessário não permitir que as diferenças sejam minimizadas; ao contrário, talvez seja necessário deixá-las aparecer, permitindo que nelas se enunciem possibilidades e potências, para além do encolhimento tantas vezes diagnosticado frente às dimensões modernas relativas à autonomia da produção estética.

Nas novas configurações contemporâneas, uma ganha um caráter bastante importante face às questões relativas às relações arte/sociedade. Face às questões sobre a autonomia da arte, questões de corte e ancoragem claramente modernos, é necessário qualificar e refletir sobre a força das mediações das formas de financiamento contemporâneas. Trata-se de uma mediação importante, que não deve ser minimizada nem invisibilizada. A questão do financiamento e do fim ou do canto do cisne do ideário moderno da autonomia da produção estética – autonomia que permitia que o artista fosse um sobrevivente em um mundo onde imperava pela primeira vez, de modo extenso e quase total, a alienação do trabalho, a impossibilidade de reconhecimento do produtor e de suas marcas no produto de suas mãos – tem desdobramentos importantes. A questão do financiamento como mediação coloca em cena as possibilidades e impossibilidades de outras mediações, bem como encontros, redes, tangências, concordâncias e discordâncias. O financiamento público da produção de arte e cultura de fato permite ou acena com possibilidades de publicização daquilo que se financia? Ainda que em princípio a resposta seja afirmativa, é necessário apontar para uma crescente naturalização do mecenato, direto e indireto, bem como pensá-lo como política de financiamento da cultura e, muitas vezes,

de sua mais franca apropriação e instrumentalização. Essa apropriação privada, esses mecanismos de financiamento e arbitragem permitem colocar como horizonte a pergunta sobre as razões pelas quais arte e cultura contemporâneas adquirem sua face passível de ser apreendida como negócio. Por que se transformam – arte e cultura – em economia criativa ou alternativa de geração de emprego e renda? Por que deixam de ser vistas como formação, subjetivação, *bildung* (formação e cultivo) e se transformam em questão econômica? Como esses processos se vinculam a estratégias e possibilidades – e, sobretudo, de que estratégias e possibilidades se fala? Disputas de sentido e práticas? Deslizamento e torção de significados, oferecer outras possibilidades de sentido, abrir uma cunha nas leituras canônicas inventando novas possibilidades?

Tudo isso nos fala de estratégias – relações entre meios e fins – e possibilidades de táticas que permitem sobrevivências e desvios, que talvez possam ser enunciadas como janelas que abrem o futuro para percursos não plenamente traçados no presente. Entretanto, cabe sempre perguntar de quem são essas estratégias e para quem se abrem possibilidades. Essas perguntas, enunciadas em relação a estratégias e possibilidades, podem conduzir a um enorme quebra-cabeça de um sem número de combinações possíveis. Que campos de força se constituem a partir dessas estratégias? Que disputas se desenham? É possível disputar o sentido da criação artística e cultural em seu nascedouro, bem como suas formas de apropriação e recepção? Assim, aquilo que pode ser visto como mera estratégia para alguns pode se configurar em campo de disputa para outros atores. Os coletivos Fora do Eixo, por exemplo, afirmam disputar com bancos, universidades e diferentes institucionalidades que compõem tanto o terreno do Estado como aquele que pode ser identificado como sociedade civil. As ONGs, por sua vez, definem-se como não governamentais, mas podem se conformar como uma nova margem do Estado, no desdobramento de seus modos de atuação. O Estado, em seus desdobramentos contemporâneos, mantém relações muitas vezes perigosamente promíscuas com grupos financeiros e seus modos de intervenção na produção da arte e da cultura. Novos híbridos também aqui parecem embaralhar fronteiras, abrir poros, impedir definições e descrições claras.

De qualquer modo, não se pode falar em arte e cultura sem pensar nos processos de objetivação permanentemente em operação e de subjetivação e seus truncamentos – isto é, processos que a partir da produção estética e cultural informam e constituem subjetividades, sujeitos, vidas, sentidos... Isto é, de experiências e de suas possibilidades num mundo de automatismos e truncamentos, de reduções de encolhimento das possibilidades. Nessa direção, já no início do século XX, Georg Simmel falava de uma dimensão trágica – a tragédia da cultura – que se instalava na medida em que a constituição de sujeitos, sua formação pela cultura, seu cultivo eram cada vez menos possíveis, cada vez mais desproporcionais em relação à produção objetiva da arte e da cultura em suas múltiplas manifestações. Aquilo que se objetivava, que se tornava dado objetivo e exterior aos homens, não podia mais se tornar formação, subjetividade. Truncamentos, impossibilidades, mercadorização, transformação da cultura e da arte em estilo de vida, dissolução da experiência estética pela força do dinheiro – meio por excelência transformado permanente-

mente em fim, motor de estratégias cuja finalidade se desvanece, elisão de outras finalidades... Essas eram algumas das dimensões da tragédia da cultura tal como o Ocidente a tinha compreendido até então. Trata-se, assim, de uma obliteração da finalidade, do fim último da produção da cultura e da arte e, assim, da impossibilidade de julgamento estético. Afinal, a que se destinam arte e cultura a partir de suas configurações trágicas? A quem se destinam? Como se imbricam a possibilidade de julgamento estético e a formação? Na verdade, sem formação – construção de sujeitos e subjetividades – é impossível julgar, escolher. A formação e a escolha, o julgamento estético, nos dizem vários autores, entre os quais H. Arendt e, ainda que de outro modo, Simmel, são constitutivas das promessas de constituição de nossas subjetividades, de nossa própria construção como sujeitos. Também por essa vereda, o pensamento do século XX apontaria para a questão da possibilidade e impossibilidade da experiência e da experiência estética em particular. Dito de outro modo, sem a constituição de sujeitos, tampouco a experiência é possível.

Tudo isso quer dizer que falar de estratégias e de possibilidades é falar de relações complexas entre meios e fins. Talvez seja a possibilidade mesma de conservar uma reflexão sobre os fins e seus sentidos, sua propriedade, sem que os meios, entre os quais as dimensões e usos da arte e da cultura como economia – criativa ou não –, dissolvam seu espectro do que restou de sua autonomia no mar das formas de criação de emprego, de renda e, no limite, de valorização do capital. Dessa perspectiva, o seminário em seu desenvolvimento permitiu que se anteviesse a expansão, os riscos, as questões que, com diferenças e semelhanças, atravessam coletivos e museus, investimentos de Estados e de fundações privadas, cooperativas e organizações não governamentais. No eixo hegemônico e na construção de novas formas de aglutinação – elas também, talvez, crescentemente vinculadas àquilo mesmo a que se dirigem críticas e contraposições –, há questões e perguntas transversais: a que será que se destina? Como pensar essa multiplicidade de atores constituídos pelas políticas, pelos programas de incentivo, pelas formas de produção e financiamento?

Se há algo de verdade no esgotamento dos paradigmas modernos, uma questão parece ainda persistir: quais os sentidos, estratégias e possibilidades que levaram os porta-vozes e enunciadoreis da experiência moderna a pensar na autonomização das esferas econômica, política, teórica, estética? O que significa sua dissolução ou, antes, sua diluição no terreno das políticas culturais e nas dimensões crescentemente importantes da esfera do financiamento (e seus desdobramentos sociais e estéticos) e do gerenciamento da arte e da cultura? Se esse ideário está fortemente ameaçado, como pensar os novos imbricamentos e hibridismos em termos de suas estratégias e possibilidades?

Uma das respostas talvez possa apontar para a diversidade dessas experiências. Talvez o mecanismo pelo qual essas experiências possam se manter diversas e múltiplas seja pensar os modos pelos quais elas são acolhidas e ancoradas pela multiplicidade de programas de incentivo. Talvez seja o caso de inventar e reinventar finalidades para além da pura adequação entre meios e fins. Talvez por essa reinvenção de possibilidades possamos continuar, como queria G. Simmel, autor de *O Conceito de Tragédia da Cultura* no início do século XX, construindo caminhos,



criando portas e pontes, portais e ligações para que possamos, por meio de uma reinvenção de momentos de formação, evitar as zonas cinzentas da indiferença generalizada, recuperando a experimentação, superando os riscos que fazem da existência administrada o sucedâneo da vida, do condomínio fechado o sucedâneo da cidade, do parque temático o sucedâneo do lugar, do turismo o sucedâneo da viagem e da experiência de alteridade, das instituições fechadas e circunscritas do mundo das curadorias o sucedâneo do lugar da apreciação e da formação estéticas. E para que, para além dos lugares canônicos e de suas crises, seja possível produzir conhecimento – um saber que se localize fora dos muros das grandezas e magnitudes contabilizadas, no terreno do incontável, do que não pode ser computado porque é qualidade, atravessando limiares, cruzando soleiras, pondo destinos em suspensão, em linguagem benjaminiana –, talvez seja preciso, para pensar novos parâmetros, aproximar pensamento e desvio.

Desse modo, um balanço dos painéis e mesas do evento Pensamento e Ações – Seminário Internacional de Cultura e Formação pode nos dar um panorama da diversidade de situações, instituições e institucionalidades, resistências e contrapontos, confluências e disjunções das práticas que conduzem ou que estão presentes nas dimensões da produção e recepção de cultura, bem como nas dimensões de um processo bastante múltiplo de formação. Museus itinerantes, como o de Antioquia; projetos como o mARTadero, que integram artes (visuais, cênicas, desenho de arquitetura, letras e literatura, música) e interação social; centros que se propõem a pensar políticas culturais articuladas com práticas de interação social; núcleos de formação e de práticas culturais e de políticas de produção cultural em múltiplos campos vistos como campos de força e de disputa, como os coletivos Fora do Eixo – essa multiplicidade de dimensões em relação e em contato –; além de financiadores, protagonistas e públicos com graus distintos de hibridização ou de contraposição apontam para uma espécie de avesso da autonomia da esfera da arte e da cultura, para uma espécie de ponto final nos ideários de uma suposta independência da elaboração estética e seus desdobramentos. Práticas culturais, práticas simbólicas, práticas ao mesmo tempo sociais – porque entranhadas nas relações e dimensões societárias – e práticas artísticas... Talvez seja preciso a partir dessas constatações repensar muito profundamente o terreno que essas dimensões estão criando para que nele possamos todos nos situar para além do solo móvel do que se pode reconhecer como território entre o passado e o futuro. Entretanto, sempre cabe perguntar sobre as possibilidades de criação de novos sujeitos, de

Foto: istockphoto

emergência de um conjunto de práticas que ganham novos estatutos, novos vínculos entre relações societárias, dimensões políticas, estratégias econômicas e densidade simbólica. Enorme desafio que começa a ser desenhado aqui e ali por iniciativas que aproximam dimensões tão diversas como museus investidos de sua autoridade e, por outro lado, práticas que emergem aqui e ali, que despontam de núcleos, grupos, coletivos, pessoas e suas apostas, sentidos em disputa, consonâncias e dissonâncias para além dos marcos oficiais e dos confinamentos que separam em nichos o que, nesses dias, pôde estar em diálogo.

Uma última observação talvez mereça ser pontuada. Talvez seja fundamental reconhecer a diversidade de propostas e pontos de partida, bem como reconhecer a diversidade de atuações e seus ideários. Assim, por exemplo, a universidade ou o banco do coletivo Fora do Eixo não são necessariamente aquilo que corresponde à sua nomeação. São antes tensões e disputas. Dessa perspectiva, talvez seja importante o reconhecimento da diversidade de perspectivas e práticas, sem alisar ou minimizar essas rugosidades e tensões. São, sim, práticas e ideários diversos entre si. Essa diversidade é mais do que uma possibilidade de hibridização. Ao lado das articulações possíveis, há também conflitos, sentidos diversos, proposições e alvos diferentes entre si. Nessa diversidade residem ao mesmo tempo complexidade e dissensos, articulações e contrapontos. Talvez, em sua multiplicidade, esses atores e práticas precisem ser considerados em sua diversidade, precisem ser tratados e apoiados de maneiras também diversas, para além da homogeneização dos meios de financiamento pelos programas e políticas. Conflitos, tensões, diversidades, campos múltiplos referidos a atores diversos entre si permitem a apreensão dessas práticas em relação, em formação, como território crivado de estratégias – que, espero, possam não perder de vista finalidades articuladas a possibilidades e potências.

Referências Bibliográficas:

SIMMEL, G. O conceito de tragédia da cultura. In: Souza, Jessé; ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998. p. 79-108.

OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Humanitas/Editora UFMG, 2010.

ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Cibele Saliba Rizek

Docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (FFLCH-USP), pesquisadora do CNPq. Organizou *A Era da Indeterminação*, em conjunto do F. de Oliveira, *Hegemonia às Avessas* (com F. de Oliveira e R. Braga) e *Saídas de Emergência – Ganhar/Perder a Vida na Periferia de São Paulo* (Com R. Cabanes, V. S. Telles, Isabel Georges), publicados pela Boitempo Editora